

ALBIOMA CODORA S.A.
CNPJ 07.966.116/0001-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Albioma Codora Energia S/A
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **Albioma Codora Energia S/A**, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
e Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2026
Forvis Mazars Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP2023701/O-8
Franciane Heloíse Moraes Messias
Contadora CRC SP 262973/O-6

Balanço Patrimonial do exercício em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas		
	2025	2024	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.332	15.170
Contas a receber	5	12.853	5.841
Partes relacionadas	12	20.697	2.596
Estoque	6	3.336	1.974
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos		879	1.160
Tributos a recuperar		1.181	686
		49.278	27.427
Caixa Restrito	7	452	580
Tributos a recuperar		756	-
Deposito judicial	9	5.152	4.791
Investimentos	279	279	-
Imobilizado	10	106.823	108.553
Intangível	10	4	2.808
Direito de uso	10	1.866	11
		114.574	117.778
Total do ativo		163.854	145.205
Passivo			
		Notas	2025
			2024
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	17.742	16.743
Fornecedores	11	8.333	1.495
Partes relacionadas	12	582	853
Obrigações trabalhistas	14	1.510	1.060
Dividendos a pagar	19.b	16.321	6.185
Imposto de renda e contribuição social	15	1.504	481
Impostos e contribuições a recolher	15	1.186	993
Adiantamentos de clientes	16	6.530	1.117
Passivos de arrendamento	17	1.125	1.172
		54.833	30.999
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	51.671	66.362
Provisão de contingência	19	2.577	3.992
Passivos de arrendamento	17	765	1.956
		55.013	72.310
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	32.000	32.000
Reserva legal		5.681	3.953
Reserva de lucros		16.326	6.833
		54.006	42.796
Total do passivo e do patrimônio líquido		163.854	145.205

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

	Notas		
	2025	2024	
Receitas operacionais			
Receita de venda de energia	20	99.684	69.873
(-) Tributos incidentes sobre a receita	20	(3.639)	(3.624)
		96.045	66.249
Despesas operacionais			
Custo do serviço prestado	21	(43.416)	(36.477)
Despesas comerciais	22	(446)	(430)
Despesas administrativas	23	(4.443)	(4.152)
Depreciação e amortização	23	(113)	(111)
Despesas tributárias	23	(355)	(664)
Despesas não dedutíveis	23	(2)	-
Outras despesas operacionais	23	(903)	(22)
		46.367	44.393
Resultado operacional antes do resultado financeiro		46.367	21.922
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	1.072	1.069
Despesas financeiras	24	(871)	(1.297)
		46.568	24.165
Despesa de juros do financiamento	1324	(8.784)	(8.661)
Resultado antes dos impostos		37.784	15.504
Imposto de renda e contribuição social	25	(3.423)	(2.482)
		34.361	13.022

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

	Notas		
	2025	2024	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.784	15.504
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	10	9.825	9.704
Baixa imobilizado		-	20
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	8.784	8.661
Uprfnt sobre financiamentos	279	733	-
Provisão contingencia	18	(1.415)	3.992
Encargos sobre arrendamentos	16	232	302
		55.489	38.916
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(7.012)	598
Tributos a recuperar		261	-
Estoques		(1.362)	(275)
Deposito judicial		3(61)	(1.144)
Adiantamento e despesas antecipadas		281	(267)
Outros ativos		128	-
Partes relacionadas		(18.372)	288
Fornecedores		6.838	(274)
Obrigações trabalhistas		450	1.162
Adiantamentos de clientes		5.413	1.017
Impostos e contribuições a recolher		193	(257)
Impostos sobre o lucro		566	(76)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.512	39.688
Juros pagos no período	13	(8.556)	(9.342)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.885)	(2.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		31.071	28.075
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(6.880)	(4.556)
Aquisição de intangível	10	(54)	(12)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.934)	(4.568)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos		(13.013)	(8.000)
Resgate investimentos		-	(27)
Pagamento arrendamento	17	(1.763)	(1.482)
Captação de empréstimos e financiamentos		2.360	-
Comissão sobre empréstimos e financiamentos		(785)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(14.199)	(13.592)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(28.975)	(21.526)
Aumento/(redução) líquido de caixa		(4.838)	1.981
Caixa no início do período		15.170	13.189
Caixa no final do período		10.332	15.170
Aumento/(redução) líquido de caixa		(4.838)	1.981

Demonstração do Resultado Abrangente
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	
	2025	2022
Lucro líquido do exercício	34.361	13.022
Total do resultado abrangente do exercício	34.361	13.022

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Subscrito		Reserva legal	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
	2025	2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.000	3.312	8.647	-	43.959	43.959
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.022	-	13.022
Dividendos obrigatórios	-	-	(6.185)	-	-	(6.185)
Dividendos (Nota 18)	-	-	(8.000)	-	-	(8.000)
Reserva legal	-	651	(651)	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	12.371	(12.371)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.000	3.963	6.833	-	42.796	42.796
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.361	-	34.361
Dividendos obrigatórios	-	-	(6.828)	(16.321)	-	(23.149)
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	(1.718)	-	(1.718)
Reserva legal	-	1.718	-	(1.718)	-	-
Transferência entre reservas	-	-	16.321	(16.321)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32.000	5.681	16.326	-	54.006	54.006

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Contexto operacional
A Albioma Codora Energia S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade por ações, sediada em Goianésia, no Estado de Goiás e tem por objeto social, o propósito específico de exercer atividades de cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor d'água, gerada a partir de fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares.
A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Comendador Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advanced Tower, Jardim Paulista, sediada na Cidade e no Estado de São Paulo.
A Companhia firmou em 22 de abril de 2015 com a Jalles Machado S.A. o Instrumento Particular de Constituição de Consórcio ("Instrumento"), por meio do qual as partes reúnem insumos, ativos e serviços em ambiente de consórcio para produção de vapor d'água e energia elétrica. Pelos termos do Instrumento, a Jalles Machado S.A. é responsável por contribuir ao consórcio com biomassa e água bruta, entre outros, enquanto a Companhia é responsável pela contribuição de ativos industriais de cogeração e serviços de operação e manutenção. A produção resultante do consórcio é dividida entre as partes.
Em 2009, a Companhia firmou contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada, com período de suprimento de 2011 até 2026, no volume total de 87,6 GWh de energia elétrica por ano, ao preço de R\$ 144,52/MWh, corrigido anualmente pela variação do IPCA (Nota 24).
Em 2020 se deu início ao faturamento do novo contrato de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada com período de suprimento de 2020 até 2044, no volume total de 54,4 GWh de energia elétrica por ano (Nota 24).
A Companhia exportou na rede 155,1 GWh em 2025 (165,6 GWh em 2024). O volume de energia vendido em 2025 foi de 224,6 GWh (192,8 GWh em 2024). Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 63,7 GWh (30,8 GWh em 2024).
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.
A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novos requisitos de divulgação e mudanças nas políticas contábeis

Impactos do ambiente geopolítico e macroeconômico

Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as Companhias se envolvem em atividades econômicas transfronteiras. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, mudanças relevantes nas taxas de inflação e taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e alterações nas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. Mudanças nas taxas de inflação e taxas de juros podem afetar as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. Variações nas taxas de inflação e taxas de juros também podem causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.

Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras modelo do Pilar Dois, aplicáveis aos grupos de Companhias multinacionais com receitas anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro exercícios fiscais anteriores. Em um contexto maior de uma reforma da tributação corporativa internacional, as regras de Pilar Dois permitem a cobrança de tributos complementares (top-up taxes) de grupos econômicos multinacionais que estejam dentro do escopo dessas regras e não alcancem uma alíquota efetiva mínima de 15% por jurisdição em que têm presença. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE.
As regras de Pilar Dois devem ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que diversas jurisdições já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. No Brasil, foi publicada a Lei no 15.079/2024 em dezembro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, instituindo o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Companhias multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra do Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação efetiva, no país, de no mínimo 15% sobre os lucros gerados por Companhias brasileiras que façam parte de grupos econômicos multinacionais. Em maio de 2023, foram realizadas alterações ao IAS 12 - Income Taxes (CPC 32), em conexão com a implementação das regras modelo do Pilar Dois da OCDE.

Assim, o IAS 12 estabeleceu uma isenção temporária e mandatória, sobre o reconhecimento de impostos diferidos sobre o lucro, decorrentes de alterações de legislações tributárias para implementação do Pilar Dois.

As alterações ao IAS 12 ainda permanecem e trazem as seguintes divulgações requeridas nas DFs o fato de a entidade ter aplicado a exceção temporária do IAS 12 relativa ao reconhecimento e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro do Pilar Dois;

o valor da despesa com imposto corrente (se houver) relacionada a tributos sobre o lucro do modelo do Pilar Dois; e

informações conciliadas, ou razoavelmente estimáveis, que possibilitem aos usuários das Demonstrações Financeiras o entendimento da exposição da entidade a tributos sobre o lucro decorrentes do modelo do Pilar Dois.

Observar que a isenção mandatória do IAS 12 não se aplica a mensuração ou reconhecimento de impostos correntes sobre o lucro, o qual deve ser avaliado conforme a Lei no 15.79/24 e IN RFB no 2.228/2024.

Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) sobre produtos identificados como novos à saúde ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir: Redução ao valor recuperável de ativos, Impostos indiretos acumulados a recuperar, Tributos diferidos sobre o lucro, Divulgações (estimativas e julgamentos críticos).
Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e devem ser analisados caso a caso.

Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos a nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das Companhias quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

Novas normas contábeis

Adoção antecipada do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Provisão de juros	8.784
Pagamento de juros	(8.556)
Comissão fiança apropriada	279
31 de dezembro de 2025	69.413

Cronograma de amortização da dívida

Movimento por ano	
2026	17.742
2027	15.398
2028	14.667
2029	8.146
2030	2.276
2030	2.278
2031	2.278
2032	2.280
2033	2.282
2034	1.679
2035	197
2036	190
69.413	

Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade, visa definir um cenário provável e dois outros cenários que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos a Companhia.

Operação	Cenário Provável		Cenário adverso possível		Cenário adverso remoto	
	Valor	Taxa	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
TFC	3.330	11,77%	14,71%	490	17,86%	588
CDI	43.471	15%	18,75%	8.151	22,50%	9.781
TLP	531	7,61%	9,51%	51	11,42%	61
Selic	6.332	14,40%	18,00%	1.140	21,60%	1.368
Total	53.664			9.831		11.797

12. Fornecedores

Fornecedores	2025	2024
Fornecedores provisão	5.957	1.291
Fornecedores ativo imobilizado	620	-
Fornecedor CCEE	1.756	204
	8.333	1.495

13. Partes relacionadas

A controladora da Companhia é a Albioma Participações do Brasil Ltda., com 65% de participação no capital social (Nota 18), tendo a Albioma S.A. como controladora final.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber Jalles	574	1.021	-	128	4	5.865
Multas a receber Jalles	19.762	1.573	-	-	23.095	1.880
Contas a pagar Jalles	-	-	-	-	-	-
Albioma S.A.S	-	-	582	725	-	(371)
Albioma Espanhada	18	-	-	-	-	-
Albioma Codora Biometano	335	-	-	-	-	-
Albioma Participações	7	-	-	-	(1.604)	(1.520)
	20.697	2.596	582	853	21.495	5.854

(a) Valor a pagar/a receber por parte da Jalles Machado referente os custos compartilhados por obrigações consorciais da safra do ano de 2025, conforme o instrumento "Regulamento do Consórcio Termoelétrico Albioma Codora", datado de 04 de agosto de 2015.
(b) Provisão de valor de R\$ 19.762 relativo à indenização por obrigações consorciais da safra de 2025, conforme o instrumento "Regulamento do Consórcio Termoelétrico Albioma Codora", datado de 04 de agosto de 2015, e ser quitada no ano de 2026. Após termo de quitação de julho de 2025, o valor da conciliação de safra de 2024 foi atualizado para um crédito a maior de R\$ 3.332.
(c) A Assembleia geral da Albioma S.A. atribuiu em 2018 um *Performance Share Plan* para seus colaboradores e Companhias do grupo Albioma. A contraparte do custo deste plano foi faturada às Companhias onde os empregados se beneficiaram em 2023. Em 31 de dezembro de 2025 ainda há dois planos em andamento ("Brasil 2022") que possuem vigência até 2025 e 2026.
(d) Corresponsável ao Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Técnica e Financeira firmado em 04 de agosto de 2015 entre a Companhia e Albioma Participações do Brasil, para prestação pela última à Companhia de serviços nas áreas técnica, comercial, financeira, seguros, recursos humanos, e regulatória.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício de 2025 foram de R\$ 732 (R\$ 536 em 2024).

14 Obrigações trabalhistas

Salários a pagar	2025	2024
Encargos sociais	195	196
Provisões trabalhistas	396	245
	919	620
	1.510	1.060

15. Impostos e contribuições a recolher

A composição dos impostos e contribuições a recolher é demonstrada a seguir:

PIS a recolher	2025	2024
COFINS a recolher	42	54
ICMS a recolher	194	247
ICMS ST a recolher	-	18
Impostos retidos	-	14
IRPJ a Recolher	58	148
CSLL a Recolher	442	561
Diferidos	235	289
	1.719	1.433
	2.690	1.474

16. Provisões

A Companhia tem uma ação de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis. A natureza da provável perda é a Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Realiza Excedente da base de cálculo do ICMS no Ambiente de Contratação Livre, com valor estimado de perda seguinte:

ICMS ST - TUSD	2025	2025
Processo trabalhista	1.823	3.992
	754	-
	2.577	3.992

A avaliação como perda provável é consequência do trânsito em julgado do Tema 986 do STJ ocorrido no dia 13 de dezembro de 2024, que confirmou a inclusão da TUSD na base de cálculo do ICMS sobre energia. A ação é amparada por depósito judicial (NE 9).
Adicionalmente, a Companhia tem uma ação trabalhista em 31 de dezembro de 2025 e consiste, unicamente, em processo trabalhista de colaboradores.

17. Arrendamentos

A Companhia, tem os 3 contratos de arrendamento vigentes, onde se aplica a norma do CPC 06 (R2) – IFRS 16: a) o contrato de locação das pás carregadeiras, efetuado junto a Armac em agosto 2022, com previsão de 60 meses, utilizando da taxa de desconto de 8,61%.
b) o contrato de locação dos veículos, efetuado junto a Movida em julho 2023, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 7,19%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.
c) o contrato de locação dos computadores em outubro 2023, efetuado junto a Lenovo, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 6,64%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Direito de uso		
Maquinas	5.367	5.073
Veículos	274	275
Computadores	95	95
(-) Depreciação	(3.870)	(2.635)
Total	1.866	4.727
Passivo de arrendamento	2025	2024
Arrendamento a pagar	2.035	3.471
(-) Encargos a apropriar	(145)	(343)
Total	1.890	3.128
Circulante	1.125	1.172

A avaliação como perda provável é consequência do trânsito em julgado do Tema 986 do STJ ocorrido no dia 13 de dezembro de 2024, que confirmou a inclusão da TUSD na base de cálculo do ICMS sobre energia. A ação é amparada por depósito judicial (NE 9).
Adicionalmente, a Companhia tem uma ação trabalhista em 31 de dezembro de 2025 e consiste, unicamente, em processo trabalhista de colaboradores.

18 Patrimônio líquido

(a) **Capital social**
O capital social da Companhia é de R\$ 32.000 (R\$ 32.000 em 2024), totalmente subscrito. O capital integralizado está dividido em 71.142.563 (71.142.563 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas listados na tabela abaixo.

	2025	2024
Jalles Machado S.A.	11.200	11.200
Albioma Participações do Brasil Ltda	20.800	20.800
	32.000	32.000

(b) **Reserva legal**

Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

(c) **Dividendos**

O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 13.022, dos quais terão as seguintes destinações propostas em assembleia:

Lucro líquido do exercício 2024	13.022
Reserva Legal - 5%	651
Dividendos obrigatórios a pagar	6.185
Reserva de lucros 2024	6.186
Distribuição Dividendos exercícios anteriores	8.000
Reserva lucros acumulados	6.833
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 34.361, dos quais terão as seguintes destinações propostas em assembleia:	
Lucro líquido do exercício 2025	34.361
Reserva Legal - 5%	1.718
Dividendos obrigatórios a pagar	16.321
Reserva de lucros 2024	16.321

Distribuição Dividendos exercícios anteriores 6.828
Reserva lucros acumulados 16.326
O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados na passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.

19. Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	2025	2024
Ambiente de contratação regulada - ACR	64.261	52.447
Ambiente de contratação livre - ACL	7.329	5.167
Venda de bagaço	116	95
CCEE	4.880	4.420
Biogas	4	5.865
Indenização	23.095	1.879
Faturamento de energia elétrica - terceiros	99.684	69.873
Ressarcimento energia	(3.638)	(3.624)
Faturamento líquido de desconto	96.045	66.249
Impostos e contribuições sobre o faturamento		

Valor equivale ao PIS e COFINS sobre o faturamento total com alíquota total de 3,65%.

20 Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Energia elétrica (a)	(14.607)	(2.897)
Depreciação	(9.712)	(9.535)
Gastos com pessoal	(7.430)	(7.026)
Serviços de terceiros (b)	(8.466)	(5.074)
Insumos para manutenção e reparos	(2.663)	(3.247)
Insumos para produção	(1.227)	(1.586)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(632)	(360)
Movimentação de Biomassa (c)	(520)	(996)
Ajustes de inventário	-	(26)
Tarifa de uso do sistema de distribuição (d)	38	(5.216)
Outros custos	(196)	(514)
	(43.416)	(36.477)

(a) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 63,7 GWh por um preço médio de R\$ 229 (30,8 GWh em 2024 por um preço médio de R\$ 64).
(b) Serviços referente a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contatados no período de entressafra, ao início de cada ano.
(c) Contrato de arrendamento realizado para todas as máquinas da operação, reduzindo o custo direto da movimentação de bagaço.
(d) Valor estornado referente ao trânsito em julgado do Tema 986 do STJ ocorrido no dia 13 de dezembro de 2024, que confirmou a inclusão da TUSD na base de cálculo do ICMS sobre energia (NE 17 - Provisões)

21. Despesas comerciais

	2025	2024
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL	(270)	(279)
Gestão e representação comercial	(130)	(108)
Outras despesas	(46)	(43)
	(446)	(430)

22. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas de Serviços Terceirizados	(2.473)	(2.220)
Despesas com seguros	(1.452)	(1.391)
Despesas tributárias	(355)	(664)
Despesas de Ocupação	(223)	(164)
Despesas com utilização	(144)	(245)
Depreciação e amortização	(113)	(111)
Despesas com Veículos	(84)	(76)
Despesas com viagens	(67)	(56)
Despesas não dedutíveis	(2)	-
Outras despesas operacionais	(903)	(22)
	(5.816)	(4.949)

(a) Conforme NE 14 – Partes Relacionadas, contrato de prestação de serviço e assessoria técnica e financeira com controladora

23 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras	(8.784)	(2.096)
Juros s/ financiamento e empréstimos	(232)	(459)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(414)	(228)
Uprfront Fees s/ financiamentos	(225)	(117)
Outras despesas	(9.655)	(2.900)

Resultados financeiros

	2025	2024
Recursos s/ financiamento e empréstimos	(8.784)	(2.096)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(414)	(228)
Uprfront Fees s/ financiamentos	(225)	(117)
Outras despesas	(9.655)	(2.900)

24. Imposto de renda e contribuição social do período

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral (Nota 30.9).

	2025	2024
IRPJ	77.110	73.531
CSLL	77.110	73.531
IRPJ	8%	12%
CSLL	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social	6.169	9.253
Alíquota aplicada sobre a receita	1.104	1.104
	1.104	33

Recursos recebíveis (sistema caixa) 77.110
Alíquota aplicada sobre a receita 1.104

Recursos financeiros 6.169
Demais Receitas 1.104

Base de cálculo 7.273
Alíquotas utilizadas 10% e 15%

Total de impostos correntes 1.801
Total de impostos diferidos 446

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período 2.246
Despesas de desempenho gerencial (Management Performance Measures – MPMS) 1.176

Em conformidade com o IFRS 18, emitido pelo International Accounting Standards Board, a Companhia divulga medidas de desempenho gerencial (MPMs), que são utilizadas pela Administração para monitorar e avaliar o desempenho financeiro e operacional de suas atividades.
As MPMS representam subtotais de receitas e despesas que não são especificados pelas normas IFRS e, portanto, podem não ser diretamente comparáveis com indicadores similares apresentados por outras companhias.
A Administração utiliza essas medidas como complemento às informações apresentadas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS.
As principais MPMS utilizadas pela Companhia são:

● **EBITDA:** definido como o lucro líquido do período ajustado por "Imposto de renda e contribuição social", "Resultado financeiro líquido" e "Depreciação e amortização"
● **EBITDA ajustado (quando aplicável):** EBITDA acrescido ou excluído de itens considerados não recorrentes, não operacionais ou não representativos do desempenho recorrente da Companhia
Essas medidas são revisadas periodicamente pela Administração e refletem a forma como o desempenho do negócio é analisado internamente.

	2025	2024
Lucro líquido do período	34.361	13.022
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.423	2.482
Lucro antes do imposto de renda	37.784	15.504
(+) Resultado financeiro líquido	8.563	2.151
Lucro antes do financiamento e impostos	46.367	17.655
(-) Depreciação e amortização	9.825	9.704
EBITDA	56.192	27.359

26 Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui 22 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2026, no volume total de 87.600 MWh (Nota 3), conforme abaixo:

Comprador	Quantidade/ano	(MWh)
AMAZONAS ENERG	8.062	
CAIUA DISTRIB	11	
CEAL	81	
CELG DISTRIB	465	
CELG	12.307	
CELPA	282	
CEMAR	78	
CNEE	19	
COELCE	39	
COPEL DISTRIB	1.292	
CPFL LESTE PTA	4	
CPFL PAULISTA	28.855	
CPFL PIRATINGA	12.525	
CPFL STA CRUZ	44	
ELEKTRO	9.412	
ENERGISA BO	8	
ENERGISA PB	30	
ENERGISA SE	3.128	
ESCELSA	70	
PARANAPANEMA	24	
RGE	10.745	
RGE SUL	119	
Total	87.600	

Em fevereiro de 2020 passou a ser faturado para 26 distribuidoras de energia o segundo contrato no ambiente de contratação regulado (A-5 de 2015), que atenderá demandas por energia entre 2020 e 2044 por um volume anual de 54.312 MWh (Nota 3).

Comprador	Quantidade/ano	(MWh)
AMAZONAS ENERG	5.778	
AMPLA	2.222	
BANDEIRANTE	1.776	
BOA VISTA ENERG	756	
CAIUA	89	
CELESC DIST	1.250	
CELG	4.804	
CELPE	5.778	
CEMAR	1.036	
CEMIG DISTRIB	1.333	
CNEE	133	
COELBA	5.334	
COELCE	1.778	
COSERN	1.333	
CPFL PAULISTA	1.778	
CPFL SANTA CRUZ	218	
CELESC PAULISTA	5.551	
ENERGISA BO	133	
ENERGISA MS	2.578	
ENERGISA PB	533	
ENERGISA SE	578	
ENERGISA TO	622	
ESCELSA	818	
LIGHT	6.222	
RGE DIST	1.444	
SANTA MARIA	437	
Total	54.312	

Em fevereiro de 2025 passou a ser faturado para 2 distribuidoras de energia o terceiro contrato no ambiente de contratação regulado (A-4 de 2021), que atenderá demandas por energia entre 2025 e 2044 por um volume anual de 63.948 MWh (Nota 3).

Comprador	Quantidade/ano	(MWh)
CELPA	7.270	
LIGHT	56.678	
Total	63.948	

</

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 28 Abril 2026, 17:45:02



Documento: ALBIOMA_20CODORA_20-_20EDITAL_20DIGITAL_20-_2029_04.Pdf

Número: 8a36f4b2-5022-4501-9850-82f5543e666b

Data da criação: 28 Abril 2026, 17:44:35

Hash do documento original (SHA256): c932de297b2edc20777bcc65501a49dbfa0c25a8e1093f08431231f792b3da77



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 8a36f4b2-5022-4501-9850-82f5543e666b, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 28 Abril 2026, 17:45:02



Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 8a36f4b2-5022-4501-9850-82f5543e666b, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 8a36f4b2-5022-4501-9850-82f5543e666b. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.